

As relações coloniais em autobiografias de infância

Alexandra Marques¹

Resumo

Como são descritas as relações coloniais no final do império português em Angola e Moçambique por Dulce Maria Cardoso no romance *O Retorno* e Isabela Figueiredo em *Caderno de Memórias Coloniais*. Enquanto narrativas literárias (direta ou indiretamente) autobiográficas, as autoras abordam de um prisma familiar a caracterização racial depreciativa dos africanos por parte dos colonos, a figura paterna como autoridade dominante (admirado e/ou odiado), as relações laborais, sexuais e sociais segregacionistas, bem como as memórias de infância e de adolescência conjugadas com uma crítica retrospectiva frontal e adulta do colonialismo. Por duas mulheres portuguesas que se sentem, desde 1975 na antiga metrópole, desterradas da sua “pátria africana”.

Palavras-chave: relações coloniais; autobiografias literárias; memórias

Abstract

How the colonial relationships in the end of Portuguese empire in Angola and Mozambique are described in Dulce Maria Cardoso novel *The Return* and by Isabela Figueiredo in her texts compilation *Colonial Memories Notebook*. Both autobiographical narratives, the authors reveal from a familiar perspective, the white settlers depreciative racial characterization of the African people, the father image as dominant authority (beloved and/or hated), the segregationist labor and sexual relationships, as well as their childhood and adolescence memories, blended with a front and adult critical retrospective of colonialism. By two Portuguese women who define themselves in the nationality country as banished people from their “African homeland” since 1975.

Key-words: colonial relationships; literary autobiographies; memories

Síntese biográfica das autoras: Isabela Figueiredo nasceu em Moçambique em 1963; filha única, licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, aos 20 anos começou a publicar textos e crónicas no suplemento literário do *Diário de Notícias*. Já professora de Português no ensino secundário escreveu no blogue pessoal *Mundo Perfeito* – posteriormente rebatizado como *Novo Mundo* – alguns textos incluídos na sua obra *Caderno de Memórias Coloniais*. Dulce Maria Cardoso nasceu em Carrazeda de Ansiães (Trás-os-Montes) em 1964. Partiu no navio *Vera Cruz* para Angola, ainda criança, regressando a Portugal durante a ponte aérea, em 1975. Licenciada em Direito, obteve em 1999 uma bolsa estatal, da qual resultou na obra *Campo de Sangue*, Grande Prémio Acontece de Romance. O

¹ Alexandra Marques nasceu em janeiro de 1968, em Lisboa. Licenciada em História, é jornalista de política nacional entre 1991 e 2010, ano em que inicia o Programa Interuniversitário de Doutoramento em História no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Autora do livro *Segredos da Descolonização de Angola*, publicado em 2013, apresentará em 2014 a dissertação: *Deixar África 1974-1977. Experiência e Trauma dos Portugueses de Angola e Moçambique*.

segundo romance, *Os meus Sentimentos*, escrito em 2005, recebeu quatro anos depois o prémio da União Europeia para a Literatura.

Introdução

O presente artigo resulta da reformulação à comunicação apresentada em dezembro de 2013, no IV Congresso de Doutorandos do CES – no painel temático: *Pós-colonialismos: relações coloniais, dominações e resistências*, apresentada na mesa subordinada ao subtema: *Fronteiras, Linguagens e Representações* –, analisada presencialmente pela investigadora convidada, Elena Brugioni, doutorada em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, cujos comentários incidiram sobre a diferente categorização literária das duas obras em análise, aspeto dificultador de uma análise comparativa equitativa. A distinção apontada justifica-se pelo facto de a obra de Dulce Maria Cardoso ser um exercício estilístico puramente ficcional enquanto a compilação de textos avulsos, de cariz biográfico, de Isabela Figueiredo se tratar de uma obra memorialista, em registo confessional, na qual os eventos traduzem a perspetiva da autora relativamente à realidade envolvente (a sociedade colonial moçambicana) que surge representada através de episódios de infância, das atitudes assumidas por familiares próximos e da relação paradoxalmente conflitual e apaixonada com o pai, enquanto autoridade paterna, representativa do domínio exercido pelos colonos brancos, dentro e fora da família.

Segundo a especialista, *O Retorno*, enquanto produto literário de representações criadas pela autora – em que a ficção se cruza com acontecimentos vividos ou testemunhados pela própria e se funde com outros de que teve conhecimento ou lhe foram relatados por terceiros – insere-se na categoria de uma narrativa imaginária através da qual as experiências das personagens são apresentadas, sendo dificilmente discernível apenas pela leitura da obra, os relatos factuais das meras projeções. Na obra de Isabela Figueiredo não há personagens inventadas, mas pessoas que fazem parte do seu universo existencial. Sob a forma de crónicas delimitadas temporalmente, constituem desabafos redigidos sobre o seu percurso de criança e adolescente passado, parte em Moçambique, outra parte em Portugal, *Cadernos de Memórias Coloniais* assemelha-se a um diário (não contendo, porém, uma calendarização cronológica precisa), no qual são registados momentos marcantes para a autora, acrescidos de opiniões retrospectivas sobre o seu passado, a vida familiar e a

sociedade em que cresceu até à partida para Portugal durante o processo de descolonização, em 1975.

Não detendo uma formação académica em Literatura – e incidindo o foco de interesse da minha pesquisa na autopercepção dos sujeitos participantes no chamado “retorno” durante o processo de descolonização –, este artigo não faz uma análise comparativa e pormenorizada das duas obras, tentando antes assinalar como são representadas as experiências e as relações familiares, sociais e raciais no antigo Ultramar, e se estes tópicos de análise se distinguem ou assemelham nas narrativas.

A escolha das obras foi ditada pela condição das autoras, numa abordagem adotada pela psicologia social e pela psichistória, a partir de fontes de investigação tão díspares como a história oral, cartas de particulares, autobiografias, relatos ficcionados ou, neste caso, a literatura de retorno. Não obstante as obras se inserirem formalmente em estilos literários diferentes, este fator foi deliberadamente secundarizado em prol do conteúdo, na procura de passagens indiciadoras dos pontos de vista, sentimentos e opiniões das autoras sobre algumas questões pertinentes à compreensão de uma realidade perspectivada por duas adolescentes, filhas de colonos: sabiam da existência da guerra nos territórios onde viviam ou da oposição ao regime? De que forma o seu conhecimento era influenciado pelos pontos de vista dos pais e como, já adultas, descrevem as relações sociais/raciais em Angola e Moçambique na última fase do império ultramarino português?

Por serem obras com um forte cunho pessoal, qualquer análise de conteúdo deverá ter em consideração que as autoras protagonizaram (direta ou indiretamente) as situações narradas, não traduzindo a apreciação imparcial de um observador distanciado. É necessário, por outro lado, atender à fronteira entre realidade e representação (como foi sublinhado na sessão por Elena Brugioni), à linguagem utilizada em cada obra – em conformidade com o género literário, o propósito e o registo comunicacional inerente a cada autora – e à condição de adolescentes que influi determinantemente no modo como o passado é descrito, incluindo a importância das relações de afeto com parentes, amigos, vizinhos e estranhos – enquanto o Outro, seja o negro ou o branco metropolitano – embora esse olhar pretérito seja filtrado, nalguns excertos e no presente, pelo discernimento adulto que produziu os textos.

Distinções literárias

As duas obras foram escritas por filhas de antigos colonos nacionais, adolescentes em 1975 quando chegaram a Portugal: Isabela prestes a completar 13 anos, Dulce com 11 anos de idade. Pese embora este ponto em comum, as autoras distanciam-se na forma como expõem discursivamente as suas recordações/ representações relativas a fase da sua vida, numa atitude de exposição individual destemida assumida por Isabela, contrastando com o resguardo das vivências pessoais escolhido por Dulce no seu romance, ainda assim autobiográfico. Isabela não se inibe de relatar as suas experiências de menina, (algumas das quais muito íntimas) vividas em Lourenço Marques, tecendo uma crítica frontal e mordaz ao sistema colonial que vigorava em Moçambique, ao racismo segregador das relações sociais e à submissão, por vezes brutal, imposta pelos patrões brancos aos trabalhadores africanos. A autora aborda também, sem constrangimentos, a sexualidade infantil e entre os adultos, ao referir-se a episódios que protagonizou, mas também a conversas em surdina sobre o universo sexual das comunidades brancas e negras, criticando os adultos (incluindo familiares próximos) através de uma linguagem crua, sem filtros de proteção à sua privacidade. Dulce Maria Cardoso não se desnuda desse modo perante o leitor, optando por narrar através de Rui (um adolescente de 15 anos nascido em Angola), uma realidade que se dilui em acontecimentos não vividos por si ou pela sua família. Embora a personagem masculina de *O Retorno* reproduza um discurso típico de um adolescente através de termos vernáculos (os mais comumente proferidos ainda hoje pelos portugueses) para expressar revolta, raiva e desespero, estas expressões não têm, contudo, a carga repulsiva do vocabulário deliberadamente usado por Isabela nos seus textos.

Se o romance tem o dobro das páginas da compilação, as obras também se diferenciam quanto aos períodos temporais predominantes: antes e depois da partida de África. Dois terços do livro de Isabela incidem sobre as experiências em Moçambique e apenas um terço se refere à dolorosa estada em casa de uma tia, nas Caldas da Rainha, após a chegada a Portugal, já longe dos pais, num ambiente estranho: nos hábitos quotidianos e de indumentária, na comida de que não gostava, na frieza com que foi tratada por parentes e vizinhos, ou até nos comentários à sua tez branca, ao cabelo louro e ao seu desenvolvido corpo de rapariga, ainda de criança. Dulce dedica apenas as primeiras 63 páginas (das 267 que

compõem a obra) aos dias que antecederam a partida de Luanda. No capítulo *Então a metrópole afinal é isto* e até ao final, o romance conta os 24 meses que Rui passará com a mãe e a irmã num hotel do Estoril (albergue de “retornados”), enquanto adolescente separado do pai, dos amigos, dos colegas de escola e da sua casa, sentindo-se inadaptado num país estranho, de gente hostil, estigmatizado por ser “retornado”, devido à pele tostada, à linguagem que usa e às roupas coçadas que veste, as que os jovens da metrópole já não queriam.

O passado filtrado

Enquanto adultas, as autoras utilizam diferentes mecanismos literários para manifestar a sua opinião sobre determinado assunto. Nos textos autobiográficos, a análise retrospectiva é transmitida na primeira pessoa, como comentário ou crónica assinada, no qual é evidente o repúdio pelo estilo de vida colonialista e a ironia como recurso de estilo para condenar o saudosismo estereotipado (de teor mais materialista do que afetivo) evocado frequentemente por muitos portugueses que deixaram as ex-colónias africanas durante aquele período:

Manuel deixou o seu coração em África. Também conheço quem lá tenha deixado dois automóveis ligeiros, um veículo todo o terreno, uma carrinha de carga, mais uma camioneta, duas vivendas, três machambas, bem como a conta no Banco Nacional Ultramarino, já convertida em meticais. [...] Ainda hoje os vejo envolvidos na mesma nostalgia. [...] Quando revelam em lágrimas sinceras: “deixei o meu coração em África”, eu traduzo: “deixei lá tudo, e tinha uma vida tão boa”. (Figueiredo, 2009: 11,83)

No mesmo tom crítico, a autora descreve Lourenço Marques nas décadas de 1960-70 do século passado como «um enorme campo de concentração com odor a caril», onde os brancos se refastelavam numa «bela esplanada de um restaurante, a qualquer hora do dia, a saborear o melhor uísque com soda e gelo e a debicar camarões». A vida era boa: «as pessoas sentavam-se no restaurante, de preferência no exterior, porque as ventoinhas no interior eram inúteis e o ar condicionado, um luxo, conversando durante prolongadas horas sobre o *fait-divers* colonial; bebiam do bom e do melhor.» (Figueiredo, 2009: 23,25). Censurando os que privilegiam a recordação dos bens perdidos e a injustiça dos privilégios exclusivamente reservados aos brancos, é feita uma distinção entre a saudosa evocação do património deixado no Ultramar e a saudade da imagem idealizada, e inconscientemente cultivada) de um lugar de pertença afetiva) indubitavelmente associada às descobertas

características da adolescência. «Era África, inflamante África, sensual e livre. Sentia-se crescer por debaixo dos pés. Era vermelha. Cheirava a terra molhada, a terra mexida, a terra queimada e cheirava sempre [...] Também nos meus sonhos os caminhos ainda são de terra vermelha batida. [...] Moçambique era a “Califórnia” portuguesa.» (Figueiredo, 2009: 34,69)

A mesma lucidez se reflete no recorte histórico explicativo (sucinto mas elucidativo) de Moçambique ser o “El Dorado” dos portugueses da metrópole que, nos finais dos anos 1960, continuavam a desembarcar em Lourenço Marques em busca do sonho africanista:

No Marcelismo, os navios acostavam cheios, todas as semanas. Os colonos chegavam misturados com as tropas e ficavam por ali, alugavam casa, instalavam-se, punham os filhos no liceu, na escola comercial ou industrial, arranjavam um mainato recomendado, ou arriscavam um que lhes fosse bater à porta; poucos compravam uma cantina, perto ou longe, a 500 ou 600 quilómetros da capital, e vendiam carvão, petróleo, farinha, peixe seco e cerveja aos pretos que saíam do mato e não falavam português. Aprendiam a falar todos os dialetos, eram intermediários em negócios, safavam-se bem. A maior parte ficava pela urbe. (Figueiredo, 2009: 63)

No romance, é pela voz do protagonista que a percepção da realidade presente e futura se desvenda. A opinião manifestada é a de quem sabe o que acontecerá, expressa, no entanto, pela visão do adolescente, mais redutora por se focar nas atitudes e comentários de familiares, amigos e conhecidos que saíram de Angola. Iniciada a guerra entre os movimentos armados angolanos, já não havia escola e os vizinhos já tinham todos ido embora. O pai já não ia trabalhar e ameaçava deitar fogo à casa e aos camiões, mesmo que não tivesse coragem para o fazer. Os portugueses não poderiam levar para Portugal os bens que a sua ganância amealhara e, assim, findavam os anos dourados passados em África. (Apud Cardoso, 2011: 8-9, 22)

Ainda que gostemos de nos enganar dizendo que voltamos em breve, sabemos que nunca mais estaremos aqui. Angola acabou. A nossa Angola acabou. [...] Nunca mais vamos dormir a sesta nas espreguiçadeiras, o pai nunca mais se vai sentar no banco de madeira para que o barbeiro lhe apare o cabelo e lhe faça barba. (Cardoso, 2011: 14, 17-18)

O paraíso perdido – evocado por Isabela Figueiredo nas alusões sensoriais à beleza de África e à boa vida que os colonos tinham – é abordado por Dulce Cardoso nos presentes que o pai oferecia à mãe: «perfumes franceses e caixas de pêssegos da África do Sul». Coisas boas que chegavam nos navios estrangeiros, «coisas tão boas...» Como a mãe dizia aquela era «uma terra abençoada [...] deixava-se cair um caroço de manga na terra e no dia

seguinte crescia uma mangueira»; outros aludiam às riquezas que tinha: «café, algodão, diamantes, petróleo.» (Apud Cardoso, 2011: 93-94, 96) Também evidente é a crítica às repetidas alusões ao que ficou em Angola e aos imaginários bens de luxo que muitos nunca tinham possuído.

Ninguém desmente os que se gabam das casas com piscina ou das fazendas de algodão a perder de vista. Ninguém desmente porque não interessa, perdeu-se tudo, o muito e o pouco que se tinha». Até a mãe dizia quetinha um aspirador sem nunca o ter tido. Porque para limpar a casa bastavam vassoura, pá e uma preta, claro. (Cardoso, 2011: 117)

A censura aos que deixaram Angola subentende-se no desabafo de Rui: os colonos deveriam ter-se unido «quando os tiros começaram mas em vez disso puseram-se a encaixotar as bicuatas, dias inteiros a martelar ripas de madeira à volta das tralhas, não descansaram enquanto os contentores não ficaram prontos e não os despacharam para a metrópole...»

O meu pai tinha razão, aquilo era a nossa terra, devíamos ter ficado lá, só um covarde abandona a sua terra sem dar luta. [...] E agora não adianta dizer, a união faz a força, se ficarmos todos juntos não nos acontece nada de mal, é tarde demais, se nos tivéssemos unido antes nunca seríamos retornados, agora já não há nada a fazer. (Cardoso, 2001:125-126, 128)

A infância recordada

As recordações de infância, por norma, felizes encontram-se nas duas obras associadas às brincadeiras ao ar livre, ao contacto direto com a natureza, espacialmente delimitado pelo jardim, o quintal ou a zona residencial, lugares de convívio e refúgio: o espaço lúdico onde o mundo era perfeito. No quintal de Lourenço Marques, «as mangas pesavam nas árvores, penduradas por fios verdes. Pesavam muito gordas, rosadas, levando os ramos a tocar o chão» e «à saída da porta da cozinha, na casa da Matola», a mãe plantara uma colorida alameda de malaguetas. (Figueiredo, 2009: 35,57) No jardim de Luanda havia muitas roseiras, uma espreguiçadeira para dormir a sesta e faziam-se churrascos nos quintais dos vizinhos sempre acompanhados de jidungo², da cerveja *Cuca* e merengues à sobremesa. Com outras crianças, algumas negras, era costume meterem-se «dentro dos bidões vazios e pô-los a rodar. Apesar da faltava de ar, do escuro e dos encontrões nas pedras era giro» e não tinham medo. «Antes de os tiros terem começado não tínhamos medo de nada».

² Jidungo é uma malagueta vermelha ou verde muito picante servida em quase toda a culinária africana .

(Cardoso, 2011: 183) Embora nunca tivessem ido à barragem de Cambambe (porque o pai nunca tivera um dia de férias) nem a família soubesse o que era pernoitar num hotel, por vezes iam comer um baleizão³ à cidade ou ver os aviões, a aterrar e a descolar, ao aeroporto. (Apud, Cardos, 2011: 59, 85)

Isabela recorda os longos passeios da família por lugares selvagens e inabitados que se prolongavam por centenas de quilómetros, as incursões ao mato «que a mãe temia por o carro ficar atolado na lama», embora nessas ocasiões surgisse sempre um negro para «vir empurrar, desenrascar o branco por uma gorjeta». Ao sábado à tarde, a família ia à Baixa comer iogurtes ou gelados ou petiscar moelas. Por vezes, o pai deixava-a bebericar cerveja do seu copo e ela podia correr livremente e respirar «o ar agridoce de catinga, pólen e amendoim». (Figueiredo, 2009: 33, 60) Ao domingo à tarde iam ao cinema da Machava, cuja sessão dupla era separada por um intervalo de meia hora. Neste ponto, a autora recorda como a segregação também era uma realidade no interior daquele espaço lúdico. A sala dividia-se em três zonas: a primeira plateia com bancos corridos de madeira, a segunda, com bancos individuais estofados (onde os negros se sentavam) e, metro e meio acima, os camarotes forrados a veludo vermelho. Como não havia televisão toda a gente tinha transístores (na metrópole chamavam-lhes telefonias) para ouvir a Emissora local ou de Lisboa (em onda curta) que passavam as canções românticas de Gianni Morandi e de Nelson Ned. Também existia uma rádio para os negros, na sua língua e que tocava a sua música, que passava marrabenta, batuques e a ladainha do landim falado, que podiam ouvir enquanto trabalhavam. (Apud, Figueiredo, 2009: 25, 46)

As relações familiares

Nas duas obras, o pai – um *self-made-man* com pouca escolaridade, trabalhador por conta própria na construção civil, ambos eletricitistas – é a figura dominante, chefe de família e, como tal, decisor incontestável. Em Moçambique, quase todos os colonos «eram patrões, e os que não eram, ambicionavam sê-lo» (Figueiredo, 2009: 25). Em Angola era semelhante: quem não era funcionário público, era comerciante ou proprietário rural. A imagem paterna diverge, porém, no complexo de Electra de Isabela – um misto de amor-ódio pelo progenitor colonialista, reiterado ao longo da obra – bem distinto do pai-herói, colono justo e

³ Baleizão, nome da geladaria mais afamada de Luanda, era sinónimo de gelado para as crianças de Luanda .

injustiçado de *O Retorno*. O mesmo sucede em relação à mãe amada criada por Dulce que contrasta com a de Isabela: uma figura secundária, desprezada e quase ausente. Embora mulheres, as autoras optam por “renegar” o género feminino: Isabela define-se como maria-rapaz, a substituta do primogénito, para quem o pai é mais companheiro do que progenitor, pelo que qual sente um enorme fascínio: «Ele gostava de viver. Não tinha medo de nada». (Figueiredo, 2009: 33)

Isabela enaltece no pai «a sensualidade viril das mãos, braços, pés, pernas», e é a filha ciumenta perante a indiferença materna. Ele tinha outras mulheres, mas a mãe calava-se e fingia não saber. Chegou a escutar conversas sobre o que o pai «fazia nos bairros indígenas antes da chegada da mãe e os herdeiros mulatos que por lá teria deixado antes de se casar». A maioria dos homens fazia-o. Mantinham a mulher na cidade ou na metrópole e iam às pretas. As incursões ao caniço não constituíam uma ameaça «porque uma negra não tinha poder para reclamar paternidade. Ninguém lhe daria crédito». Nesta passagem, a mulher/filha distancia-se e censura o comportamento abusivo dos colonos que se consideravam donos de tudo o que era africano, incluindo as mulheres negras, cuja condição era mais indefesa perante o patrão.

As “legítimas” sabiam: ao domingo à tarde juntavam-se à conversa «debaixo do cajueiro largo, com o bandulho atafalhado de camarão grelhado, enquanto os maridos saíam para dar a sua volta de homens e as deixavam desenferrujar a língua». O desprezo perante a conduta das mulheres dos colonos é patente quando refere que, nessas tertúlias, as negras eram rotuladas de vadias, as brancas é que eram sérias e, no entanto, gostavam de falar, em voz baixa, sobre certas particularidades dos órgãos genitais dos negros (Apud, Figueiredo, 2009: 13-14, 17,19).

O pai de Isabela era o “carrasco” dos empregados, o tirano que a proibia de brincar com os meninos negros, racista tanto nas afirmações como nos atos que, por isso, tanto a envergonhava. Ao jantar, o pai dizia que «o sacana do preto não gostava de trabalhar, ganhava o suficiente para comer e beber na semana seguinte, sobretudo beber; depois, ficava-se pela palhota estirado no pulguedo da esteira, a fermentar aguardente de caju e de cana, enquanto as pretas trabalhavam para ele, com os filhos às costas». Muitas iam pedir dinheiro ao patrão para dar de comer aos filhos porque os maridos o tinham gasto na bebida, mas sabê-lo não minorava a sua indignação pela forma como o pai tratava os

africanos. (Apud, Figueiredo, 2009: 24, 45). Ao sábado trabalhava-se e a semana era paga ao final da tarde, havendo quase sempre milando⁴. «Os negros iam à sala e o meu pai entregava-lhes o dinheiro. Às vezes eles contavam e reclamavam. O meu pai gritava-lhes que nessa semana tinham estragado um cabo ou chegado tarde ou sornado ou mostrado má cara ou era só porque lhe apetecia castigá-los». Quem o ameaçava, era expulso (Apud, Figueiredo, 2009: 39-41).

Se Isabela sente atração física e amor filial pelo progenitor, Rui nutre uma profunda admiração pelo pai: pertencem ao mesmo “clube” e partilham a mesma paixão por Angola. Quando via «os velhos a comer marisco no *Restinga*, o pai dizia, aqui até os velhos fintam a morte». Ele tinha ido para lá «para fintar a pobreza, o frio e até a maldade» porque naquela terra havia que sobrasse para todos. Não era preciso «arrancar os olhos uns dos outros por causa de uma sardinha», como na sua aldeia-natal portuguesa. Luanda é que era a sua terra, conhecia-a como a palma da sua mão; nunca maltratara ninguém e fora um empregador justo, daí não entender porque tinha sido expulso de Angola (Apud, Cardoso, 2011: 21,84, 135).

[...] Estão a ver um homem que se matou a trabalhar nesta terra, descarreguei sacas de café contigo, contigo, aponta para cada um dos soldados, com o teu pai, com o teu tio, com o teu irmão... trabalhei dia e noite e agora ... tudo o que tenho vai ficar aqui, olhem para as minhas mãos, não cabem mais calos nas minhas mãos...tanto trabalho para agora ficar tudo aqui. [...] Sempre vos paguei a tempo e horas, bebi cachaça e comi funje⁵ convosco, nunca abusei das vossas mulheres nem das vossas filhas, dei-vos dinheiro para os medicamentos dos vossos filhos. (Cardoso, 2011: 56-57)

Racismo social e laboral

O racismo nas relações sociais é abordado por Isabela, na vertente laboral e amorosa. Em Moçambique, um branco poderia casar com uma negra que, assim, «ascendia socialmente e passaria a ser aceite» pela comunidade branca, ainda que com algumas reservas; uma situação banal entre os cantineiros e os machambeiros⁶ que longe da cidade se

⁴ Em Moçambique, confusão era no dialeto dominante em Lourenço Marques: milando. Em quimbundo (Angola) dizia-se maca.

⁵ Funge ou pirão é farinha de milho ou de mandioca com água que acompanha muitos pratos africanos.

⁶ Os cantineiros eram donos das cantinas (lojas) e os machambeiros, proprietários agrícolas de produção familiar.

cafrealizavam⁷, passando, contudo, a ser marginalizados da «sociedade colonial decente». Uma branca unir-se a um negro era sinónimo de «proscrição social» porque um negro «por mais civilizado que fosse nunca o seria suficientemente». Segundo a autora, o fosso racial poderia equiparar-se à diferença entre espécies. «Eles eram pretos, animais. Nós éramos brancos, éramos pessoas, seres racionais. Eles trabalhavam para o presente», os brancos para amearhar para o caixão (Figueiredo, 2009: 14, 35). A qualificação depreciativa dos negros em Angola era igualmente uma realidade, descrita por Dulce Maria Cardoso como a convicção geralmente verbalizada:

«O problema é que não têm cabeça». Os pretos são preguiçosos, «gostam de estar ao sol como os lagartos». São arrogantes: «se caminham de cabeça baixa é só para não olharem para nós». São burros: «não entendem o que se lhes diz». São abusadores: «se lhes damos a mão querem logo o braço». São ingratos: «por muito que lhes façamos nunca estão contentes». E muitos colonos chamavam-lhes pretalhada, escarumbas, matumbos⁸ (Apud, Cardoso, 2011: 25, 28).

O pai de Isabela não queria contratar empregados brancos por ter de lhes pagar mais. Aos brancos estavam reservados os lugares de supervisão: como gerentes ou capatazes. «Um branco servia para chefe, para ordenar, para vigiar, para mandar trabalhar os preguiçosos que não faziam nenhum, a não ser à força». Em Lourenço Marques, «havia sempre muitos pretos (todos à partida preguiçosos, burros e incapazes) a pedir trabalho, a fazer o que lhes ordenássemos sem levantar os olhos». Aos que tiravam o boné e dobravam a espinha poderia confiar-se-lhes os bens, a casa e as crianças: tornavam-se os mainatos⁹ que carregavam as mercearias às costas em caixotes de cartão. Usavam farda caqui, chinelos, comiam o mesmo que os patrões, mas na mesa do quintal ou na cozinha e ficavam com as roupas que estes já não usavam (Apud, Figueiredo, 2009: 24, 27).

Guerra e transição

O que sabiam estas adolescentes, filhas de colonos sobre a guerra colonial em curso ou a eventual independência da terra onde viviam ou tinham nascido? Pelo que é registado

⁷ A cafrealização (palavra derivada do árabe kafir, um não muçulmano) significava a assimilação dos valores africanos, implicando uma desvalorização no estatuto de civilizado do colono. Ver Ana Lúcia Lopes de Sá: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/analuciasa.pdf>

⁸ Matumbo significava estúpido, lerdo, de compreensão lenta.

⁹ Designação em Moçambique do empregado doméstico africano.

nestas duas obras, temas sensíveis como a guerra ou a contestação ao regime eram ocultados por um pesado silêncio, não eram mencionados na presença das crianças: por não ter relevância, para não as impressionar ou para não fazerem perguntas, a que os pais não queriam responder.

Sabíamos tanto sobre o que faziam as tropas como sobre a política do país. Sabíamos nada [...] Havia uma guerra, mas não era visível a Sul; não sabíamos como tinha começado ou para que servia exatamente. Pelo menos até ao 25 de Abril, não se falou disso na minha presença. Nem se evitou falar. Havia uma guerra porque havia turras. [...] A guerra era no Norte, mas não tomávamos consciência da sua gravidade, não se falava em soldados dos nossos que tivessem sido mortos, não existia para nós esse vocabulário que agora conhecemos, como emboscada, guerrilha, mina. (Figueiredo, 2009: 63-64)

A percepção negativa da guerra é aferida em ambas as obras pela existência de um parente que era soldado do Exército português. O primo de Isabela tinha 19 anos, quando foi enviado para o Niassa (Moçambique), indo à capital em cada nove meses. Um dia não voltou para a guerra. A família enterrou no quintal da Matola, a faca do mato, o revólver e a farda. «Deixou crescer a barba. Era a guerra, e o meu primo nunca falou da guerra. Ninguém falava da guerra». Suicidou-se, mais tarde, em Lisboa, com um tiro na cabeça. (Apud, Figueiredo, 2009: 67,69) O tio materno de Rui, que tinha no braço a tatuagem *Angola 1971*, é natural da metrópole, chora ao despedir-se da irmã, não é a favor nem compreende a guerra e se pudesse não combatia. Sobre a presença militar portuguesa em Luanda, *O Retorno* diz-nos que em meados de 1975, os soldados já quase não passavam pelo bairro e os que apareciam tinham «os cabelos compridos e as fardas desleixadas, os botões das camisas desapertados e os atacadores das botas por atar». Também já não se comportavam como dantes. «Derrapam os jipes nas curvas e bebem *Cucas* como se estivessem de férias». (Apud, Cardoso, 2011: 11-12)

O período de violência social e étnica durante a transição para as independências, é descrito num registo muito semelhante aos relatórios militares produzidos à época. O medo dos brancos surge relatado nos rumores sobre o que acontecia em certas partes de Angola. Eles «matam-nos, esquartejam-nos à catanada e enfiam os bocados numa fossa, ou espetam-nos em paus à beira da estrada» como na semana anterior acontecera na estrada de Catete. (Apud, Cardoso, 2011: 22) A esperança criada pelo 25 de Abril de 1974 e pela independência prometida, em julho, pelo presidente da República, fez os colonos crer que deixariam «de ser portugueses de segunda». Angola independente era o futuro, «sem

grandes sobressaltos» para os portugueses que queiram continuar no território e fazer parte de uma nação multiracial. «Durante algum tempo o pai continuou a acreditar que 1975 ia ser o melhor ano das nossas vidas, vai correr tudo bem, vamos construir uma nação, pretos, mulatos, todos juntos, vamos construir a nação mais rica do mundo» (Cardoso, 2001: 32-33)

«Mas os tiros e os morteiros não pararam, os pretos continuaram a vir de todo o lado e os brancos a irem-se embora, as tropas portuguesas já nem da bandeira queriam saber [...]», a lista dos desaparecidos era lida na rádio, antes e depois do folhetim *Simplesmente Maria*. Os movimentos armados controlavam as povoações e as estradas e se a uns se deveria tratar por irmão a outro teria de se chamar camarada. Não se podia «confundir as saudações, perde-se a vida por menos que isso» escreve a autora, sobre uma realidade conhecida de quem viveu tais acontecimentos. Eram o inimigo e nem podiam andar armados para se defender. «Um branco com uma arma é um racista que não abdicou dos seus direitos, [...] um imperialista ressentido por já não viver num mundo que nunca deveria ter existido». Antes da partida de Luanda, as lojas do largo tinham fechado e até as casas ocupadas tinham as persianas corridas. Algumas lojas ainda mantinham os tapumes deixados pelos donos, mas a maioria já tinha sido «assaltada, as montras partidas e as portas arrancadas» e nos muros das casas surgiram escritos contra os colonos: Brancos, rua, fora daqui. Morte aos brancos. Por isso, o medo fazia «transpirar mais do que a humidade». (Apud, Cardoso, 2011: 27-31, 48, 50-51)

Em Moçambique, a crença no futuro passava por uma independência branca como a que existia na Rodésia desde de 1967. «O 25 de abril ia entregar África aos brancos, e depois íamos ser felizes». Já se falava livremente sobre a guerra porque os turras¹⁰ tinham entrado na cidade. Escreve Isabela: «Percebi que os colonos desejavam a independência, mas sob poder branco. [...] Aquela terra (diziam) não seria para os negros nem para a metrópole, mas para os brancos que ali viviam». Mas tal como em Angola, as expectativas goraram-se e os brancos sentiram-se acoitados. «No Maputo, após a independência, e mesmo antes», militares desmobilizados moçambicanos, negros e brancos, «foram perseguidos e assassinados». Os brancos diziam ser «a FRELIMO em vingança de guerra». Entravam nas

¹⁰ Diminutivo de terrorista usado por colonos e tropas portuguesas para designar os combatentes nacionalistas.

casas e revistavam-nas. «Tudo era possível nesse tempo sem lei». (Apud, Figueiredo, 2009: 67, 77-83)

Sentíamo-nos moribundos de vida; já nem se falava de Poder. Tínhamos medo. E isto era verdade. A verdade do fim. A vida de um branco em Lourenço Marques tinha-se tornado um jogo de sorte ou azar. [...]. O Domingos teve sorte porque o Cândido [...] foi assassinado à catanada bem como os filhos, mais tudo o que era branco e que mexia: cães, gatos, periquitos. Os corpos foram retalhados e espalhados pela machamba; nenhuma cabeça ficou perto de nenhuma perna. A mulher do Cândido, que nessa noite ficara na cidade, foi depois ver o que sobrava. Como sobrou nada, a não ser os cepos brancos em putrefação, pediu aos homens da FRELIMO que lhe abrissem uma cova no chão, onde enterrar o coletivo de homem e filhos e animais, todos irreconhecíveis. (Figueiredo, 2009: 87-88, 94-95)

Partida e chegada

Os últimos acontecimentos antes da partida e o embarque para Lisboa são momentos marcantes, em que as autoras descrevem tanto os sentimentos interiorizados com as imagens que retiveram, memórias fotográficas ou emotivas do que mais as impressionou. Em Luanda, no aeroporto, Dulce descreve do seguinte modo a multidão à espera de voo: havia centenas ou milhares de pessoas: «não sei, nunca vi tanta gente junta, nunca vi uma confusão tão grande, tantas malas e tantos caixotes, tanto lixo, lixo, lixo e mais lixo...» O tio quis vê-los embarcar, talvez por temer que se voltassem para casa os negros se vingassem, mas também eles ali estavam «vindos de todo o lado, descalços e sujos», fugindo com medo da guerra, querendo ir para a metrópole. Apenas se podia levar uma mala por pessoa e como tinham partido à pressa, ficara quase tudo por embalar. (Apud, Cardoso, 2011: 59,61)

Em novembro de 1975, os voos da TAP estavam «esgotados há meses para qualquer destino. [...] Lourenço Marques esvaziava-se de brancos, ricos e pobres, desde muito antes da independência». A família de Isabela deixara-se ficar para o fim, por o pai ainda acreditar «num revirinho, numa África branca em que os negros se deixassem «assimilar, calçar, ir à escola, e trabalhar». O Governo da FRELIMO avisara que as casas «saqueadas e desabitadas, não regressando os proprietários, seriam ocupadas pela população das palhotas. Para os brancos, não havia para que regressar». Um dia, enquanto esperava o pai, um jovem negro parou, esmagou o corpo dele contra o dela e com a mão direita arrebanhou-lhe o monte de Vénus. Olhou-a nos olhos e seguiu. Não contou a ninguém o que acontecera, o pai perderia a cabeça e certamente meter-se-ia em apuros. Não valia a pena. «O tempo dos brancos tinha

acabado» e ela sentia-se como uma «terra vencida» que se podia saquear. Restava-lhe partir para a metrópole com «os pesados restos coloniais». (Apud, Figueiredo, 2009: 88, 95-97, 113)

A expectativa de recomeçar a vida em Portugal rapidamente se esbateu, como regista Isabela: «Havia a ilusão da vida na metrópole; de começar tudo de novo, escapar ao caos, ao morticínio. Depressa se desiludiam os iludidos, marcados pelo desenraizamento». Chegara sozinha numa madrugada de novembro: «Estava muito frio e eu gelava». (Figueiredo, 2009: 87, 119) Também Rui alude ao desconforto das baixas temperaturas: o frio da metrópole conseguia atravessá-lo até aos ossos e nas correntes de ar até parecia que gelava o sangue. Os que tinham vindo de África eram, por isso, «gente encolhida a esfregar as mãos, gente a bater com os pés no chão para os aquecer, gente triste com camisolas de borboto», de tão usadas. Mas era isso ou ter de vestir o pijama por baixo da roupa. (Cardoso, 2011: 142-143). Em Portugal, Isabela foi «alvo de troça ou de ridículo, por ser retornada» ou por se vestir de vermelho ou lilás. Para aguentar, rezava em silêncio um pai-nosso, quando lhe lançavam «piropos ordinários» por, aos quase 13 anos, «já ter mamas e rabo», mas se lhe diziam que andara a roubar os pretos, não respondia: baixava os olhos (Figueiredo, 2009: 115-121). Estar na metrópole era «pior para as raparigas», é dito no romance, os rapazes acusavam-nas de, em África, andarem com os negros e as amigas afastavam-se «para não serem faladas» porque as retornadas usavam saias curtas e fumavam nos cafés. (Apud, Cardoso, 2011: 143)

A família de Dulce foi colocada num hotel do Estoril. Não se podiam queixar, foi-lhes dito, que no meio do azar ainda tinham tido sorte porque muita gente estava «em parques de campismo ou em pensões miseráveis». Não entendia porque o dinheiro de Angola não servia para comprar nada na metrópole, afinal, eram escudos. «Resolver a vida» era a expressão que mais ouvia entre os que tinham vindo de África, ainda que confinados a quatro paredes: «Um quarto pode ser uma casa e este quarto e esta varanda de onde se vê o mar é a nossa casa».

Mas os empregados não os queriam lá nem gostavam de os servir. Diziam que os pretos os tinham posto de lá para fora por os terem explorado e se tinham perdido tudo era por culpa deles, não merecendo estar alojados num hotel de cinco estrelas. (Apud, Cardoso, 2011: 69, 77-78, 88, 91-92) Embora estivessem todos na mesma situação, os de Angola

quase não se davam com os de Moçambique por terem «a mania que viviam na Pérola do Índico, usarem palavras em inglês, chamarem *boys* aos miúdos pretos, dizerem que moravam em *flats* e falarem em monhés e chinas. Também havia uma distinção entre os alojados a expensas do Estado e os que já tinham casa na metrópole: «não vínhamos de férias à metrópole nem acautelávamos a vida cá, não fomos espertos como eles, ou melhor, não foram parvos como nós, não enterraram naquela terra cada tostão que ganharam». Quando os metropolitanos os acusavam de serem um estorvo e um fardo para o país, a esses, Rui insultava em quimbundo: “sundu ia maié” (puta que pariu) para soltar a sua raiva, sem ser castigado. (Apud, Cardoso, 2011: 111, 117, 163)

Conclusão

As obras abordam as relações coloniais de prismas um pouco diferentes, convergindo as autoras em certos “olhares” sobre o meio colonial das respetivas infâncias. O texto de Isabela é mais revelador do *habitus* colonial moçambicano, onde a segregação racial era mais acentuada e, por isso, mais propícia à culpabilização. É um desabafo saído das entranhas após anos de prolongado silêncio enquanto o pai foi vivo, para não o magoar com a frontalidade da sua opinião. Constituindo um testemunho de indignação e simultaneamente uma declaração pública de orgulho por ser «uma colonazinha preta, filha de brancos. Uma negrinha loura», solidária com a causa nacionalista. No presente, Moçambique ainda é essa imagem da menina ao sol, com as tranças louras impecavelmente penteadas perante a criança negra empoeirada, quase nua, esfomeada [...] mirando-se do mesmo lado e dos lados opostos da justiça» (Figueiredo, 2009: 35, 134).

A obra de Dulce é igualmente uma catarse discursiva, resguardada sob o véu ficcional, em que se assume sobretudo como desterrada – a obra é, aliás, dedicada a todos os que assim se sentem. O mesmo sentimento partilhado por Isabela: «Os desterrados, como eu, são pessoas que não puderam regressar ao local onde nasceram, que com ele cortaram os vínculos legais, não os afetivos. [...] Na terra onde nasci seria sempre a filha do colono. Haveria sobre mim essa mácula» (Figueiredo, 2009: 133). Dulce escreve que a sua terra morreu e não se pode regressar ao que está morto e que já não existe. Algo que foi perceptível logo depois da chegada a Portugal: «Ninguém tem esperança de voltar. Todos

dizemos que sim, que um dia vamos voltar, mas ninguém acredita nisso» (Cardoso, 2011: 136).

Concordando que seria inevitável a concessão das independências e o fim do império, as obras aproximam-se na análise à atitude de supremacia racista dos brancos sobre os negros e na mesma perspetiva sobre as atrocidades cometidas na transição para a independência em ambos os territórios, divergindo, porém, na representação do comportamento paterno, num peculiar jogo de opostos em que o pai de Isabela simboliza o estereótipo do colonialista, machista e autoritário em contraponto com o pai criado por Dulce não preconceituoso, compreensivo e solidário com os negros. Se na obra autobiográfica se trata, em largo senso, de um ajuste de contas com o colonialismo e o pai, o romance assemelha-se a uma espécie de exorcismo narrativo sobre as consequências da descolonização.

Se Isabela baixa os olhos quando a acusam de cumplicidade com o sistema colonial, Dulce prefere não assacar esse ónus a todos os colonos: se alguns foram carrascos, todos acabaram por ser vítimas. E, por isso, na sua obra, a mãe afirma que «pagou o justo pelo pecador», como se aquelas palavras fossem um bálsamo desculpabilizante, mas também uma verdade destinada a desmistificar a responsabilização geral atribuída às minorias branca do Ultramar. (Cardoso, 2011: 249). Sendo a sociedade moçambicana mais segregacionista – devido ao *apartheid* sul-africano e à influência dos hábitos britânicos e africanos – será natural que a reconstrução de Isabela seja mais crítica: ela era a filha do patrão que ia com o pai comer camarão. Não podia conviver com as crianças negras do seu bairro, nem sentar-se ao colo do idoso empregado negro do prédio Lobato (o avô africano) ou andar descalça (Figueiredo, 2009: 127). A família de Dulce vivia remediadamente em Angola, em casa não havia sequer um aspirador ou máquina de lavar roupa, nunca tinham viajado, mas os seus amigos eram brancos, negros, mestiços, etc. e brincava com todos, sem distinção.

Referências bibliográficas

Cardoso, Dulce Maria (2011) *O Retorno*, Lisboa: Tinta-da-china

Figueiredo, Isabela (2009) *Caderno de Memórias Coloniais*, Coimbra: Angelus Novus